

OAB e CNBB tentam vetar projeto de lei

Pela proposta do senador César Borges, fica mais difícil cassar políticos envolvidos com compra de votos

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se uniram numa ofensiva contra a aprovação de projeto de lei, de autoria do senador César Borges (PFL-BA), que prevê mudanças na legislação eleitoral. Pela proposta, políticos envolvidos com compra de voto só poderão ter o mandato cassado após o processo ter transitado em julgado – ou seja, depois de o processo ter extrapolado todos os recursos possíveis. A legislação em vigor permite à Justiça punir, de forma imediata, denúncias envolvendo a compra de voto. As informações são da Agência Brasil.

O presidente nacional da OAB, Roberto Busato, disse que a campanha iniciada ontem em conjunto com a CNBB é uma forma de alertar e conscientizar a população, porque, se o projeto for aprovado, "ninguém mais será punido por corrupção eleitoral no País". Ele destacou que a proposta fere a legislação atual, ao lembrar que a Lei 9.840/99 prevê punição ao candidato que doar, oferecer,

prometer ou entregar ao eleitor qualquer bem com a finalidade de se eleger. "Não podemos ficar reféns da impunidade eleitoral. A maneira de alimentar a criminalidade neste País é a impunidade e nós estamos indo ao encontro da impunidade no momento que o Senado aprovar o projeto de lei, que dá efeito suspensivo às decisões eleitorais."

Busato observou também o fato de a discussão sobre o projeto vir à tona no período pré-eleitoral. "Como no futebol, pretende-se virar o jogo com o jogo já iniciado. Nós estamos dentro de um calendário eleitoral e, nesta época não deveria, de forma nenhuma, ser conhecido um projeto tão polêmico."

O presidente da OAB destacou ainda que as regras em vigor são resultado de um projeto de lei de iniciativa popular e que as mudanças representariam um retrocesso. "Não é possível que um proje-

to que colheu 1,2 milhão de assinaturas em 1999, que foi reconhecido por todos como um grande avanço na legislação eleitoral do País, na moralidade pública e eleitoral, voltar para trás e retirar a conquista que a população exigiu dos políticos", criticou Busato.

O presidente da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Carlos Moura, por sua vez, disse que representantes da entidade em todo o País já foram mobilizados para tentar convencer parlamentares a votar contra a proposta.

O assessor político da CNBB, padre Ernane Pinheiro, por sua vez, acrescentou que os bispos foram encarregados de fazer um trabalho de conscientização em suas comunidades. "Espero que a moralidade pública vença – e que a ética seja a última palavra em toda a discussão sobre essa proposta", disse Pinheiro.

"Não é possível voltar para trás e retirar a conquista que a população exigiu dos políticos"

Roberto Busato,
presidente da OAB



Busato: se o projeto for aprovado, "ninguém mais será punido por corrupção eleitoral no País"